

Sob o jugo da "onorabile società"

A rolagem da dívida dos governos estaduais e municipais, acertada entre o governo federal e o PMDB, com as facilidades que foram concedidas aos relapsos devedores, é mais uma traição de políticos que se dizem de oposição — que vivem do Estado e para o Estado — à sociedade civil. É, também, mais uma prova de que o presidente Fernando Collor há muito tempo já rasgou o programa de governo com que se apresentou à Nação na campanha presidencial de 1989.

Em seu discurso de posse, como já havia feito durante a campanha eleitoral, o presidente definiu, assim como a maioria dos brasileiros já havia definido, a falência do mastodôntico Estado nacional como a grande responsável pela crise em que o País está mergulhado desde o início dos anos 80. Com muito esforço, vencendo terríveis obstáculos políticos, fisiológicos e corporativos, Collor conseguiu enquadrar o Executivo federal e controlar o déficit público pelo seu lado.

Não teve, porém, o mesmo sucesso em outras esferas do Estado, principalmente na área dos Estados e municípios. O ano eleitoral de 1990 foi um ano de gastos adoidados de governadores e também prefeitos. Quando os novos governadores assumiram, em março deste ano, exatamente um ano depois da posse de Collor, depararam-se com uma massa falida. Os salários do funcionalismo estavam atrasados de um modo geral; não havia dinheiro para pagar serviços e compras já executados; o mercado financeiro não aceitava os títulos dos Tesouros estaduais; os bancos estaduais só se mantinham de pé com a ajuda do Banco Central. As exceções eram apenas o Ceará, o Paraná e o Espírito Santo.

Foi armado, então, sob a coordenação do presidente do Banco Central na época, Ibrahim Eris, um esquema de emergência para socorrer esses Estados e evitar o caos que se estava instalando. Foram fechados alguns bancos estaduais e outros ficaram sob intervenção do Banco Central. O governo trocou os títulos podres dos Estados, que ninguém mais aceitava, por títulos federais, facilmente absorvíveis pelo mercado. Era para ser um esquema provisório, montado para 60 dias, tempo considerado suficiente pela equipe da ministra Zélia para encontrar uma solução definitiva para o escalonamento dessas dívidas. A intenção do governo federal era ajudar os Estados (e também os municípios mais endividados) a saldar compromissos inadiáveis, mas exigindo que eles comesçassem a criar condições para pagar suas dívidas — orçadas hoje em US\$ 57 bilhões — adotando uma política da mais rígida austeridade. Como estava fazendo o próprio governo federal.

De lá para cá passaram-se nove meses sem que um acordo definitivo fosse acertado. Os governadores não aceitavam as exigências das

autoridades econômicas e queriam rolar suas dívidas sem dar nada em troca. É o que acabam de conseguir, graças à pura chantagem. Aproveitando-se da necessidade do governo federal de aprovar a reforma tributária de emergência para assegurar o cumprimento do acordo com o FMI, o PMDB impôs suas condições: votava as medidas do governo federal se os governadores tivessem facilidades para a rolagem de suas dívidas.

E o governo federal cedeu. Pelo plano inicial do Ministério da Economia, só as dívidas dos Estados seriam roladas; agora, os municípios também estão incluídos na mutreta (sem contar que a oposição já descartou a medida do "emendão" que tira 5% da receita dos municípios com o ICMS para pagar o débito dos Estados). O governo federal não queria refinanciar a dívida das concessionárias de energia elétrica; agora vai refinanciar. O prazo de pagamento proposto era de 20 anos; agora será de 30 anos. O governo pretendia que os Estados e municípios reservassem anualmente 15% de sua receita líquida para amortizar as dívidas; em 92 a parcela de amortização será de 11% e só a partir de 93 passará a 15%. E alguns governadores ainda levarão de "choro" a reabertura de seus bancos estaduais que, dentro em pouco, recomearão a emitir moeda.

Para compensar o efeito dessas generosidades nas finanças da União, o partido do homem que consegue grandes êxitos em suas "atividades empresariais" enquanto administra a coisa pública, Orestes Quércia, dá ao governo novos impostos ou aumentos de impostos. Em outras palavras: para manter incólume o Estado falido que sonham um dia governar, os políticos comandados por Quércia transferem-lhe mais um pouco do sangue da sociedade civil.

Quando uma empresa do porte e da solidez da Lorenzetti pede concordata, ela está sendo vítima desse conluio entre os políticos para manter a incolumidade do Estado. A Lorenzetti está caindo para que algumas bras da vida sobrevivam, como os números mostram de maneira indesmentível: a dívida total da empresa, que levou ao pedido de concordata, é de Cr\$ 23,152 bilhões; só do governo ela tem para receber Cr\$ 24,507 bilhões, a maior parte da Eletrobras. As estatais do setor energético devem ao setor — privado — de bens de capital US\$ 300 milhões. E não pagam. É assim que as dezenas de milhares de desempregados do setor privado que a Fiesp e outras entidades vêm contabilizando em suas estatísticas estão ficando sem trabalho para salvar milhares de funcionários públicos ociosos e para proporcionar a homens como **il cappelletto don Quercione** a oportunidade de outros estrondosos êxitos como "empresário".

Até quando a sociedade vai agüentar os saltos dessa **onorabile società**?